



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Cav **WENDELL DA SILVA RODRIGUES**

**A organização da logística militar do Exército Brasileiro
em missões de Força de Paz sem apoio logístico da ONU**



Rio de Janeiro
2020



Cel Cav **WENDELL** DA SILVA RODRIGUES

A organização da logística militar do Exército Brasileiro em missões de Força de Paz sem apoio logístico da ONU

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Inf RONALD ALEXANDRE MANDIM DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro
2020

V696o Rodrigues, Wendell da Silva

A organização da logística militar do Exército Brasileiro em missões de Força de Paz sem apoio logístico da ONU. / Wendell da Silva Rodrigues . 2020.
42 f.: il; 30 cm.

Orientação: Ronald Alexandre Mandim de Oliveira.
Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) —
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
Bibliografia: f. 41-42.

1. ONU. 2. EXÉRCITO 3. OPERAÇÕES MANUTENÇÃO DA PAZ. 4. MINUSTAH. 5.
LOGÍSTICA. I. Título.

CDD 355.4

Cel Cav **WENDELL** DA SILVA RODRIGUES

A organização da logística militar do Exército Brasileiro em missões de Força de Paz sem apoio logístico da ONU

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em de outubro de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

RONALD ALEXANDRE MANDIM DE OLIVEIRA – Cel – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RENATO VAZ – Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

LUCIANO CORREIA SIMÕES – Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Meu obrigado e reconhecimento ao grande arquiteto do universo pela oportunidade desta vida e as provas oferecidas e à minha família pela compreensão, paciência e apoio demonstrados em 2020 no Curso de Política Estratégica e Alta Administração do Exército.

AGRADECIMENTOS

Ao Cel Mandim pela orientação única, compreensiva e estimuladora, bem como pela demonstração realística dos objetivos a serem alcançados, favorecendo um ambiente ímpar para o desenrolar e finalização do presente trabalho. A atenção e dedicação foram inestimáveis na caminhada para alcançar os objetivos propostos.

Aos meus pais, Enedina da Silva Rodrigues e Antônio Rodrigues da Silva Filho pela vida e lições espelhadas em exemplos que serviram de base para minha carreira no Exército Brasileiro.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Organização da Nações Unidas é a responsável pela organização e gerenciamento, desde 1948, de um grande número de Operações de Manutenção de Paz (OMP) em todo mundo. Durante todo esse tempo desenvolveu uma grande expertise no apoio logístico de civis e tropas desdobradas no terreno. Tendo por base o modelo de suporte ao combate, utilizado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), atualmente possui um cabedal de lições aprendidas que podem ser aproveitadas pela Ministério da Defesa e Força Singulares brasileiras.

O Brasil tem participado de várias operações de manutenção da paz, sob a égide da ONU, desde 1957. No Haiti, forneceu o maior contingente de militares e civis (30.378 homens e mulheres), os quais constituíram a espinha dorsal daquela operação, conhecida como MINUSTAH (derivado do francês *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*). As forças brasileiras, inicialmente com um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT 1) e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY), participaram das ações naquele país caribenho de 2004 a 2017.

Devido as consequências do terremoto de 2010 no Haiti, nosso país decidiu contribuir com um segundo Batalhão de Infantaria de Paz (BRABAT 2), cujas responsabilidades logísticas previstas no *Memorandum of Understanding* (Memorando de Entendimento, MOU) foram aumentadas, possibilitando apenas os apoios básicos previstos por aquele organismo internacional, como combustível e água. Tal situação gerou problemas no fluxo duplicado de suprimentos e serviços oriundos do Brasil, sendo dada ênfase aqueles de características crônicas.

Com o objetivo de evitar que essa problemática venha a se repetir em uma futura OMP, na qual o Brasil abra mão do apoio logístico adicional da ONU, este autor se propões a analisar os problemas ocorridos, durante aquela mobilização, a estrutura amadurecida de apoio logístico militar e propor oportunidades de melhoria para a Força, objetivando prover as eventuais necessidades dos contingentes.

Palavras-chave: ONU. Exército. Operações de Manutenção da Paz. MINUSTAH. Logística

EXECUTIVE SUMMARY

The United Nations Organization has been responsible for organizing and managing, since 1948, a large number of Peacekeeping Operations (OMP) worldwide. During all this time he developed a great expertise in the logistical support of civilians and troops deployed on the ground. Based on the combat support model used by the North Atlantic Treaty Organization (NATO), it currently has a wealth of lessons learned that can be used by the Brazilian Ministry of Defense and Force.

Brazil has participated in several peacekeeping operations, under the auspices of the UN, since 1957. In Haiti, it supplied the largest contingent of military and civilians (30,378 men and women), who formed the backbone of that operation, known as MINUSTAH (derived from the French *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*). Brazilian forces, initially with a Peacekeeping Infantry Battalion (BRABAT 1) and a Peacekeeping Engineering Company (BRAENGCOY), participated in actions in that caribbean country from 2004 to 2017.

Due to the consequences of the 2010 earthquake in Haiti, our country decided to contribute to a second Battalion of Peace Infantry (BRABAT 2), whose logistical responsibilities foreseen in the Memorandum of Understanding (MOU) were increased, allowing only basic support. that international organization, such as fuel and water. This situation generated problems in the duplicated flow of supplies and services from Brazil, with emphasis on those with chronic characteristics.

In order to prevent this problem from recurring in a future OMP, in which Brazil will give up additional UN logistical support, this author proposes to analyze the problems that occurred during that mobilization, the matured structure of logistical support military and propose opportunities for improvement for the Force, aiming to provide for contingent needs.

Keywords: UN. Army. Peacekeeping Operations. MINUSTAH. Logistics **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Dificuldades logísticas enfrentadas----- 32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A1	Assessoria 1 do Gabinete do Comandante do Exército
Ba Ap Log Ex	Base de Apoio Logístico do Exército
BGB	Base General Bacellar
BRABAT	<i>Batalhão Brasileiro ou Brazilian Battalion</i> (BRABATT - Batalhão de Infantaria de Força de Paz do Haiti)
Btl	Batalhão
CASNAV	Centro de Análise de Sistemas Navais
CCLM	Centro de Coordenação Logística e Mobilização
CCLOP	Centro de Coordenação Logística de Operações de Paz
CLACH	Célula Logística de Apoio ao Contingente Brasileiro no Haiti
Cmdo GE Ex	Comando de Guerra Eletrônica do Exército
COLOG	Comando Logístico
CONTBRAS	Contingente Brasileiro desdobrado em missões de paz
COS	Chief of Staff
COTER	Comando de Operações Terrestres
CSG	Centro de Serviços Globais
CSR	Centro de Serviços Regionais
DAbst	Diretoria de Abastecimento
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DFS	<i>Department of Field Support</i>
DGP	Diretoria Geral do Pessoal
DM	<i>Department of Management</i>
DMat	Diretoria de Material
DMS	<i>Director of Mission Support</i>
DOS	<i>Department of Operational Support</i>
DPKO	<i>Department of Peacekeeping Operations</i>
DPO	<i>Department Of Peace Operations</i>
EB	Exército Brasileiro
EME	Estado-Maior do Exército

FAB	Força Aérea Brasileira
FC	Force Commander
GAAPAZ	Grupo de Acompanhamento e Apoio às Missões de Paz no âmbito da Força Terrestre
Gab Cmt Ex	Gabinete do Comandante do Exército
JLOC	<i>Joint Logistics Operation Centre</i>
JMCC	<i>Joint Movement Control Centre</i>
Log Base	<i>Logistic Base</i>
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MINUSTAH	<i>Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti</i>
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i>
ODS	Órgão de Direção Setorial
OM	Organização Militar
OM F Paz	Organização Militar de Força de Paz
OMP	Operação de Manutenção da Paz
OMS	<i>Office of Mission Support</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
Pel Eng	Pelotão de Engenharia
SG	Secretário Geral (ONU)
SOFA	<i>Status Of Force Agreement</i>
SRSG	<i>Special Representative of the Secretary-General</i>
TEAM	Termo de Exame e Averiguação de Material
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TREM	Termo de Recebimento e Exame de Material
UN	United Nation
UNHQ	<i>Headquarters of the United Nations</i>
UNPCRS	<i>UN Peacekeeping Capability Readiness System</i>
UNSAS	<i>United Nations Stand-By Arrangements System</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO -----	11
2	METODOLOGIA-----	12
3	REVISÃO DE LITERATURA-----	13
4	DESENVOLVIMENTO-----	14
4.1	LOGÍSTICA DA ONU EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ ---	14
4.1.1	Considerações iniciais -----	14
4.1.2	A organização e estratégias logísticas do Departamento de Apoio Operacional (<i>Department of Operational Support – DOS</i>) -----	15
4.1.3	A organização logística das Nações Unidas desdobrada no Haiti para o apoio à MINUSTAH -----	18
4.1.4	A prática do apoio logístico da ONU aos contingentes militares de uma Operação de Manutenção da Paz -----	21
4.2	LOGÍSTICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DO EXERCITO BRASILEIRO EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU -----	24
4.2.1	O papel do Ministério da Defesa na coordenação dos meios logísticos das Forças Armadas do Brasil em OMP -----	24
4.2.2	A organização da logística militar do Exército Brasileiro para OMP --	26
4.2.3	As principais dificuldades logísticas enfrentadas pelos BRABAT(s) na MINUSTAH -----	29
5	PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA LOGÍSTICA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM MISSÕES DE FORÇA DE PAZ SEM APOIO LOGÍSTICO DA ONU -----	36
	REFERÊNCIAS -----	40

1. INTRODUÇÃO

Desde 1948 podemos observar um grande número de Operações de Manutenção de Paz (OMP) em diversas áreas do mundo, sob a égide da Organizações das Nações Unidas (ONU). A partir da Queda do Muro de Berlim essas operações têm se caracterizado pelo aumento de sua complexidade e pela crescente participação de países com os mais diversos objetivos.

Toda missão que venha envolver forças armadas se reveste de um ângulo operacional e outro logístico. O lado logístico deve buscar a rápida mobilização dos meios, seu transporte, desdobramento e adaptação à complexidade política e econômica de cada cenário operacional e, posteriormente, a desmobilização total dos meios humanos e materiais. A determinação do suporte logístico para cada missão depende da origem e da responsabilidade do apoio à força empregada.

O Brasil por sua vez, dentro de um contexto político que sofreu variações de acordo com a política externa de cada governo, participou de quarenta e seis OMP. Cada uma das missões contou com cenários diversos, exigindo grande flexibilidade e preparo das tropas e, principalmente, de uma cauda logística para apoio das operações.

O emprego de militares, policiais e civis em OMP está condicionado a um acordo de paz ou de imposição de cessar-fogo entre as partes beligerantes, em consonância com a resolução do Conselho de Segurança da ONU. Ao ser determinado os países que contribuirão com tropas, será redigido um *Memorandum of Understanding* (Memorando de Entendimento, MOU), entre a ONU e o país contribuinte, sob a responsabilidade do *Department of Peacekeeping Operations* (Departamento de Operações de Manutenção de Paz, DPKO), através do *Office of Mission Support* (Escritório de Suporte à Missão, OMS).

O MOU definirá o tipo e o nível de apoio a ser prestado, bem como as responsabilidades associadas a cada um dos entes. O Memorando ainda contém detalhes sobre pessoal, equipamentos e serviços, bem como os valores que cada nação contribuinte irá receber pela participação na missão.

Em todas as OMP em que o Brasil esteve presente ocorreu uma severa dependência dos meios logísticos disponibilizados pela ONU. De maneira resumida, podemos citar como exemplo a necessidade de suprimentos do tipo combustíveis, alimentação, energia elétrica, transporte aéreo, água e esgoto.

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país. Essa missão significou muito para o Brasil, pois comandou o componente militar da Missão (2004-2017), que teve a participação de tropas de outros 15 países, além do efetivo de capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira.

Logisticamente foi a mais complexa, principalmente após o Terremoto que assolou o Haiti no ano de 2010. O desastre e suas consequências contribuíram para que o Brasil se desloca um segundo Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT 2) para se juntar ao já existente. O MOU redigido para regular o emprego do BRABAT 2 aumentou as responsabilidades logísticas do Brasil, fato este que acarretou vários problemas de fluxo de suprimentos e serviços necessários a manutenção da tropa.

A experiência do BRABAT 2 e suas necessidades logísticas além-mar, não supridas pela ONU, despertou a necessidade de uma reorganização das práticas, serviços, fluxos, treinamento de pessoal e atualização de manuais. Entretanto, atualmente, não se tem a real dimensão da capacidade brasileira para uma futura empreitada em OMP, sem o apoio logístico das Nações Unidas.

2. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa escolhido por este autor é a Aplicada. Ou seja, sua finalidade é mais prática do que a pesquisa pura, com o objetivo de apresentar propostas executáveis para problemas imediatos de logística, em nível de especulação. Para tal empregará uma busca Documental e Bibliográfica do material existente, somando-se o Estudo de Caso dos Batalhões de Infantaria de Força de Paz Brasileiros empregados no Haiti.

O universo a ser estudado é o da Organização das Nações Unidas (ONU), o Contingente Militar Brasileiro da MINUSTHA, Ministério da Defesa (MD) e os Comandos Logístico e Terrestres do Exército Brasileiro, nos assuntos concernentes a logística empregada em OMP.

A coleta de dados se dará primariamente nos manuais atinentes à logística do MD, EB e ONU. Secundariamente se estenderá para os Artigos, Teses, Revistas, Cursos de Treinamento e Palestras realizadas no âmbito do MD e Forças Armadas

Brasileiras.

Os dados serão tratados de forma qualitativa, através da sua organização estruturada, que possibilite comparações.

A metodologia escolhida pode apresentar limitações nas futuras propostas a serem apresentadas por não abordar a estrutura logística empregada em outras OMP, das quais contingentes brasileiros tenham participado.

A Logística a ser desdobrada em determinadas missões depende dos seguintes fatores: área de operações, meios oferecidos pela nação anfitriã, condições climáticas predominantes, natureza da tropa e tempo de emprego.

3. REVISÃO DE LITERATURA

O assunto Logística Militar Terrestre no Brasil carece de maior exploração e material didático para um estudo mais aprofundado. A dificuldade no assunto também se prende no custo elevado para se executar exercícios de campanha voltados para logística, do qual ensinamentos colhidos poderiam servir de base para uma doutrina experimentada.

Na Segunda Guerra Mundial o Exército Brasileiro (EB), ao desembarcar nas terras Italianas, rapidamente foi envolvido pelo esforço logístico dos americanos do norte, os quais supriram todas as necessidades da nossa Divisão Expedicionária. Assim não ocorreu a oportunidade da consolidação de uma doutrina, estruturas físicas e formação de pessoal especializado.

Nas Operações de Manutenção de Paz (OMP), sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais o Brasil foi convidado e apresentou tropas, o apoio logístico se fez por aquele órgão internacional, de acordo com os Memorandos de Entendimento redigidos, restando ao país o envio de fluxos de suprimentos subsidiários.

Após o terremoto de 2010 que assolou o Haiti, foi solicitado ao Brasil o envio de mais um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, no prazo máximo de 6 meses, para manter a estabilização política, econômica e social alcançada desde 2004. Devido ao alto custo e materiais sendo empregados para apoiar as demandas causadas pela catástrofe, a ONU alcançou severas limitações no apoio a novas

tropas, cabendo ao Brasil, mandar um batalhão com características próximas da autossuficiência.

As lições aprendidas com a experiência no Haiti funcionaram para elaboração e atualização de novos manuais, os quais já estão sendo utilizados por este pesquisador. Podemos citar, por exemplo, o MD34-M-02 – Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa, redigido em 2001, estando em sua 3ª edição (2013) e EB70-MC-10.238 Logística Militar Terrestre do EB, redigido em 2019 mantendo-se em sua 1ª edição.

Partindo da doutrina preconizada nas últimas edições dos manuais que versam sobre logística do MD e do EB, nos níveis estratégicos e táticos, com as publicações da ONU e pela experiência pessoal do autor como Oficial de Logística do 1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz, 13º Contingente, da MINUSTHA, pretende-se estruturar dados de comparação, confrontá-los com as principais deficiências logísticas levantadas e ter como produto final propostas reais para o EB.

A formulação das referidas propostas poderá ajudar a complementar a organização da Logística Militar Terrestre, no caso do envio de tropas em OMP, sob a égide da ONU, com total autossuficiência de meios, além de facilitar o entrosamento com eventuais fluxos de suprimentos daquela organização internacional.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 LOGÍSTICA DA ONU EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

4.1.1 **Considerações iniciais**

A Organização das Nações Unidas (ONU) é formada pelo que se chama de países-membros, que se relacionam por meio de um documento conhecido com Carta das Nações Unidas. Nesse tratado internacional são definidos os direitos e deveres de seus integrantes. Partes específicas da Carta dizem respeito a mandatos de manutenção da paz. Estes mandatos moldam como ocorrerão as missões de campo e, posteriormente, os apoios logísticos que se fazem necessários.

O desenvolvimento das ações da ONU requer uma previsão orçamentária, obtida por meio de contribuições voluntárias dos países-membros. A partir de 2020 a

Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um orçamento anual, antes bienal, de US\$3.073.830.500 para o funcionamento da organização (**Nações Unidas**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/12/1699101>>. Acesso em: 23 de Mar. 2020).

Em 2019, o Brasil possuía uma previsão de contribuição em torno de 2,948% do orçamento regular da ONU (cerca de US\$ 79,6 milhões), passando à posição de 8º maior contribuinte para o orçamento regular, à frente de países como México, Coreia do Sul e Austrália, além da Rússia – membro permanente do Conselho de Segurança. O Brasil é o maior contribuinte da América Latina e o segundo do BRICS, atrás apenas da China (Brasil. **Min. Relações Exteriores**. Temas orçamentários e administrativos da ONU. <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/139-temas-orcamentarios-e-administrativos-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 23 de Mar. 2020).

4.1.2 **A organização e estratégias logísticas do Departamento de Apoio Operacional (*Department of Operational Support – DOS*)**

O Conselho de Segurança da ONU (CS) é o órgão que autoriza e concede Mandato às Operações de Manutenção da Paz (OMP). Uma vez deferido o mandato, o CS reveste de autoridade operacional (nível estratégico) para conduzir essas operações o Secretário-Geral (SG).

O SG delega para o Subsecretário-Geral de Apoio Operacional o encargo por todas as atividades do Departamento de Apoio Operacional (*Department of Operational Support – DOS*), fornecendo direção estratégica necessária para orientar o programa de trabalho daquele departamento (Brasil, 2013).

O DOS é baseado na sede das Nações Unidas (Nova Iorque) e é responsável pelo fornecimento de todo tipo de apoio logístico, administrativo, tecnológico e operacionais para todo secretariado da ONU, principalmente para o Departamento de Operações de Paz (*Department Of Peace Operations – DPO*)¹ e, respectivamente, para todas as missões de campo. Sua origem remonta da fusão do Departamento de Gerenciamento (*Department of Management – DM*) com o

¹ Ao DPO cabe fornecer orientação política e executiva para as Operações de Manutenção da Paz da ONU em todo o mundo, além de manter contato com o Conselho de Segurança (CS), as missões estabelecidas, os contribuintes financeiros, e com as partes em conflito na implementação das Resoluções do CS (Brasil, 2013).

Departamento de Apoio de Campo (*Department of Field Support – DFS*), ocorrido em 19 de janeiro de 2019.

O departamento está organizado em três Escritórios e duas Divisões, além do gabinete do Subsecretário Geral. O escritório de Operações de Suporte é o responsável pela gestão e capacitação de recursos humanos e assistência médica. O segundo escritório é o de Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos com a função de centralizar os recursos de logística e compras, subdividido em Segurança da Aviação, Capacitação e Divulgação, Logística, Compras e Suporte à Recursos Uniformizados. Por último, o DOS conta com o escritório de Tecnologia da Informação e Comunicação. Suas duas Divisões enquadram as Atividades Especiais e Administração (Nações Unidas. **Departamento de Apoio Operacional**. Quem somos nós. Disponível em: <<https://operationalsupport.un.org/en>> Acesso em: 23 de mar. De 2020).

A ONU possui um sistema complexo e integrado de logística. Essa complexidade se deve a necessidade do apoio a contingentes militares, funcionários civis, policiais e observadores militares em OMP, com os mais diversos níveis de autossustentação. Na maioria das vezes as missões da ONU ocorrem em países cuja infraestrutura pode ser mínima ou severamente degradada.

As funções logísticas para ONU são Suprimento, Transporte, Manutenção, Comunicações, Apoio Aéreo, Engenharia e Saúde. O desempenho dessas funções interagem entre um Componente Civil e outro Militar. O Componente Civil é chefiado pelo Diretor de Apoio a Missão (*Director of Mission Support – DMS*) ou Chefe de Apoio à Missão (*Chief of Mission Support – CMS*)², exercendo as práticas relativas a serviços administrativos, financeiros, compras, transporte, dentre outros. O Componente Militar preencherá as necessidades logísticas dos contingentes militares dos Estados contribuintes³. A ponte entre os dois componentes é exercida pelo Centro Conjunto de Operações Logísticas (*Joint Logistics Operation Centre – JLOC*).

2 CMS quando não existe um componente militar na missão de campo.

3

Pode ser feita, para melhor entendimento, uma correlação em que o componente logístico civil desempenha as funções do nível estratégico e os níveis operacional e tático são desempenhados pelo componente militar.

Para o apoio logístico da OMP os planejamentos são realizados em conjunto com o DPO e o DOS, estabelecendo contatos com os outros departamentos, com estados-membros, organizações regionais e com o país anfitrião. Um orçamento geral será levado para apreciação da Assembléia Geral, fruto da estruturação da divisão administrativa e da logística de campanha.

Ato contínuo, será redigido um dos mais importantes documentos para cumprimento das OMP, chamado de Status de Acordo entre as Forças (*Status Of Force Agreement* - SOFA). Sua importância reside no fato de ser discriminado, em seu corpo, o Estatuto Internacional da missão, as instalações, o uso de distintivos da ONU, os uniformes, os veículos, os privilégios e imunidades, as armas, o regime fiscal e aduaneiro na área da operação, a moeda e a liberdade de movimentos. Poderá constar outras observações que se fizerem necessárias para o desenrolar das ações.

Geralmente as missões de paz são compostas por forças multinacionais, e uma das primeiras dificuldades é a organização e padronização da natureza e tipos de tropa e equipamentos. Como a ONU não possui efetivos militares próprios e não teria condições financeira para prover todo material necessário as ações, a solução foi o emprego de um sistema de alugueis totais e parciais, denominados *Wet Lease* e *Dry Lease*.

No sistema *de Wet Lease*, a ONU se encarrega pelos suprimentos de água e combustíveis, pagando um tipo de aluguel pelos efetivos e materiais cedidos pelo país contribuinte, o qual assume a total responsabilidade pelo apoio logístico. No sistema *Dry lease*, o apoio logístico é inteiramente fornecido pela ONU e somente itens específicos do contingente serão reembolsados.

De uma forma simples, pode-se dizer que a ONU aluga o contingente militar através de um acordo com os respectivos governos, para um determinado período de tempo, existindo uma tarifa especial para este acordo, que é pago ao governo do país participante. Os reembolsos são feitos em aspectos logísticos e a ONU certifica-se sempre do que paga através de inspeções, produzindo diversos relatórios tais como o relatório de inspeção à chegada, o relatório periódico de verificação, o relatório de prontidão operacional e o relatório de repatriação (LIMA, 2010).

As opções pelos sistemas estarão sistematizadas no Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding* – MOU), documento contratual entre

a ONU e os países que contribuem com tropas para uma missão em particular. Ele estabelece as responsabilidades administrativas e logísticas do Quartel-General da ONU (UNHQ), da própria Missão de Manutenção de Paz, e do país que está contribuindo com tropas ou recursos para a missão (BRASIL, 2013).

Estabelecido e assinado o MOU, entre o governo contribuinte e a ONU, está autorizado o desembarque das tropas e equipamentos na área de operações. O que for de responsabilidade daquela organização seguirá uma estratégia de fornecimento centralizado, utilizando grandes centros de serviços globais (CSG) e regionais (CSR), aos moldes de uma Base Logística, onde os suprimentos seguem uma metodologia de módulos de desdobramento. Podemos citar por exemplo os módulos de *dessalinização* por osmose reversa de água subterrânea e unidades para alojamento de tropas, fabricados pela empresa italiana CORIMEC.

Os CGS de Brindisi e Valência, na Itália, possuem a missão de consolidação de serviços para distribuição mundial e manutenção do fluxo logístico de responsabilidade da ONU. O CSR de Entebbe, Uganda, funciona como centro compartilhado devido à grande quantidade e proximidade de missões no continente Africano.

A eficiência dessas Base Logísticas da ONU possui dois pilares básicos. O primeiro é o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para o gerenciamento do fluxo de suprimentos. O segundo é o emprego da catalogação e uniformização dos principais equipamentos, materiais, mobiliários, roupas e veículos a serem empregados nas missões.

Por último, uma das estratégias utilizadas pela ONU para obter efetividade na logística das OMP é a adoção do Sistema de Prontidão para Capacidade de Manutenção da Paz das Nações Unidas (*UN Peacekeeping Capability Readiness System – UNPCRS*). Esse sistema consiste no estabelecimento de módulos (pessoal e material), acordados entre os Estados membros e a ONU, capazes de no prazo máximo de 60 dias desdobrar os meios no local da missão. O processo é composto de 3 níveis a serem alcançados, sendo o último a certificação pela ONU de que a tropa está treinada e com os equipamentos em condições de serem acionados a qualquer momento (**Nações Unidas**. O que é Manutenção da Paz. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/military>> Acesso em: 28 de abr. 2020).

4.1.3 A organização logística das Nações Unidas desdobrada no Haiti para o apoio à MINUSTAH

Inicialmente a ONU desdobrou sua logística de maneira a suprir as necessidades urgentes de seu efetivo civil, utilizando ao máximo as estruturas e serviços existente em Porto Príncipe (capital do Haiti), como por exemplo hotéis, prédios desocupados, estatais, porto, aeroporto e restaurantes.

Com relação aos efetivos militares houve a opção pelo conceito *Flat Green*, ou seja, as tropas participantes não poderiam contar com instalações permanentes ou semipermanentes, lançando estruturas de campanha para atender as necessidades do pessoal e equipamentos. Nessa fase a ONU se responsabilizou apenas em fornecer água tratada e combustível. Todas as outras funções logísticas deveriam ser atendidas pelo governo contribuinte.

Com o decorrer dos dias da MINUSTAH, a organização da logística alcançou o modelo básico preconizado nos manuais da ONU, com um componente civil e outro militar, construindo sua Base Logística (*Log Base*) no entorno do aeroporto Internacional da capital haitiana. Os dois segmentos estavam subordinados a um Representante Especial do Secretário Geral da ONU (*Special Representative of the Secretary-General - SRSG*). Para melhor compreensão, e futuros estudos por parte dos leitores, este autor adaptou as denominações antigas, utilizadas pela ONU na época (2004 a 2017 - MINUSTAH), com os novos manuais, fruto das últimas reformas sofridas por aquele órgão em 2019.

O componente civil é dirigido pelo Diretor de Apoio à Missão (*Director of Mission Support – DMS*). Sua missão reside na gestão financeira e orçamentária do autorizado para o mandato, da contratação de empresas e serviços (locais ou não), da administração dos funcionários internacionais da ONU e dos observadores militares.

Abaixo do DMS encontram-se dois escritórios. A Chefia de Serviço Administrativo que tem por objetivo fornecer o pessoal civil da operação (Seção do Pessoal) e apoio da administração financeira à missão (Seção Financeira).

O segundo é a Chefia de Prestação de Serviços, subdividida em 9 seções, a seguir descritas:

- A Seção de Serviços Gerais – administra e presta serviços do tipo correios, protocolo, reprografia, viagens e movimentação de integrantes da missão,

suprimentos de escritório/ armazéns reembolsáveis², reclamações/ achados & perdidos/ investigações e, por último segurança/ proteção;

- Seção de Compras - adquire todos os materiais e serviços exigidos por todos os componentes da missão;
- Seção de Transporte - responsável pela coordenação, alocação, distribuição, contabilidade e manutenção de veículos pertencentes à ONU;
- Seção de Gerenciamento e Manutenção Predial - presta (em conjunto com o Diretor de Engenharia) serviços de acomodação, construção, engenharia de infraestrutura, elétricos e de grupo geradores, para as edificações e áreas da sede da missão;
- Seção de Comunicações e Tecnologia da Informação - fornece comunicações globais entre a sede da ONU (EUA) e a missão, bem como as ligações entre componentes civis e instalações militares, não cobertas por equipamentos de comunicação orgânicos. Também fornece manutenção para equipamentos de comunicação da área de operações. Além disso, a seção lida com serviços relacionados a computadores para todos os componentes da missão e organiza o suporte à programação e hardware;
- Unidade de Controle de Movimento - responsável pelo envio e redistribuição de forças para as áreas da missão. A seção também coordena o movimento na área de operações de pessoal e equipamentos em conjunto com o Centro Conjunto de Operações Logísticas (*Joint Logistics Operation Centre – JLOC*). O Centro Conjunto de Controle de Movimento (*Joint Movement Control Centre - JMCC*) gerenciará todos os modais de transporte (terrestre, marítimo e aéreo).
- Unidade de Controle de Propriedade – controla os materiais e equipamentos, e gerencia os estoques de suprimento da ONU. A Unidade de Controle de Propriedade também é responsável por supervisionar os contingentes em relação as obrigações constantes dos Memorandos de Entendimento, utilizando para tal a verificação dos inventários de equipamentos e suprimentos das unidades;
- Unidade de Suprimento - fornece armazenamento geral, realiza o processamento das ordens de fornecimento de suprimentos. Realizam o gerenciamento de suprimentos a granel, como água, rações, combustíveis e óleos lubrificantes. Trabalham em conjunto com a Seção de Transporte e o JLOC para coordenar a entrega antecipada de suprimentos; e
- Unidade de Aviação – gerencia os serviços de apoio ao transporte e missões aéreas.

Ainda, diretamente ligado ao CSD está o Centro Conjunto de Operações Logísticas (*Joint Logistics Operation Centre - JLOC*). O JLOC coordena a provisão de apoio logístico para as tropas presentes na missão. É constituído tanto por civis quanto por militares, planejando e conduzindo as operações logísticas. Funciona como um elo de ligação entre o componente militar⁴, civil⁵, agências externas e Organizações Não Governamentais (ONG). Mantinha, paralelamente, um canal técnico com os oficiais Chefes das Célula Logística das unidades de Força de Paz (G4).

O componente militar é subordinado ao Comandante da Força Militar (*Force Commander – FC*), geralmente um Oficial General dos Estados contribuintes da missão, que no caso do Haiti foram brasileiros.

O Chefe do Estado-Maior do Contingente Militar (*Chief of Staff – COS*) possuía a delegação de coordenar os trabalhos dos chefes de Operações, Pessoal Militar, Engenharia, Operações Aéreas, Logística, Apoio Médico e Comunicações. Funcionava ainda como elemento de ligação com o JLOC.

Subordinados diretamente ao Comandante das Forças (FC) se encontravam as unidades de logística. De acordo com a missão elas deveriam exercer as funções logísticas de Transporte, Suprimentos, Manutenção e prover seu auto sustento. Argentina e Chile enviaram unidades de Apoio Aéreo. A Argentina também contribuiu com um Hospital de Campanha Nível II. Brasil, Chile/ Equador e Paraguai contribuíram com companhias de Engenharia.

No decorrer da MINUSTHA ou em outras OMP, a ONU busca incessantemente a racionalização de estruturas logísticas integradas, eliminando seções militares ou civis que desempenhem funções semelhantes ou paralelas no decorrer da operação.

4.1.4 A prática do apoio logístico da ONU aos contingentes militares de uma Operação de Manutenção da Paz

Como foi comentado anteriormente, o Memorando de Entendimento

4 O JLOC se liga ao componente militar por meio do Chefe do Estado-Maior do Contingente Militar (*Chief of Staff – COS*).

5

O JLOC se liga ao componente civil por meio do subchefe do CSD (Chefia de Prestação de Serviços).

(*Memorandum of Understanding* – MOU) irá regular, particularmente nos aspectos atinentes a logística, a situação de dependência da tropa, de um país contribuinte, com a ONU. O MOU poderá ser uma mistura dos sistemas *Wet e Dry Lease*. Dependendo das circunstâncias e missões impostas, no decorrer da missão, o apoio logístico pode ser negociado além ou aquém daquilo que foi acordado no memorando de entendimento, entre o Cmt da tropa e os chefes da Mis (militar e do JLOC).

Para que o processo de apoio logístico da OMP pela ONU ocorra, são utilizados três métodos licitatórios. O primeiro e preferencial visa busca incentivar a economia do país onde ocorre o mandato da operação, por meio da contratação de serviços ou itens de suprimento locais. No caso do Haiti, por exemplo, serviços de perfuração de poços artesianos, de limpeza de fossas sanitárias, manutenção e limpeza de ares condicionados, mão de obra para construção civil, produtos de padaria, dentre outros, eram licitados pela Chefia de Prestação de Serviços, em coordenação com o JLOC, apoiando, de acordo com as necessidades acordados ou excepcionais, os contingentes de civis e militares desdobrados no terreno.

O segundo método abordava os processos licitatórios internacionais para bens e serviços. Aquilo que o país anfitrião não tivesse condições de fornecer, era obtido por compras externas, cujos contratos especificavam os prazos, os montantes e a entrega em Porto Príncipe, na Base Logística ou diretamente ao contingente. Podemos exemplificar com os itens de alimentação, que partes vinham da República Dominicana (frutas) e outros de países da Europa (leite de vaca da Alemanha).

O último método era aquele em que a ONU empregava suas Bases Logísticas. Esses suprimentos eram enviados por meio marítimo ou aéreo, caracterizando-se, em sua maioria, por bens permanentes e comuns as outras missões no mundo. Citam-se as estruturas de alojamento, veículos, mobiliários, equipamentos de TI, vestuário, grupo geradores, entre outros.

A dinâmica do fluxo de suprimentos era regulada por ferramentas de TIC (tecnologia da informação e comunicação) na maioria das vezes entre os contingentes, representados pelos seus chefes de logística (G4), e o JLOC. A ferramenta Lotus Note realizava a tramitação das ordens de fornecimento, acompanhamento, relatórios e pedidos. Sempre que possível, os G4 realizavam

visitas a área do JLOC para reuniões pessoais com os chefes de escritórios especializados para coordenação de suprimentos. Os Chefes de Logística das tropas eram os responsáveis pela escrituração do recebimento dos bens de consumo e pela guarda documentada dos materiais permanentes cedidos pela ONU.

O transporte dos itens de suprimento poderia ocorrer pela ONU ou pela busca do interessado na Log Base (JLOC). Para liberação do material necessitava-se da presença do G4. Gêneros como combustível, água engarrafada, ração emergencial, alimentação eram entregues diretamente na sede da tropa em missão.

O BRABAT 1, conforme as negociações estabelecidas em seu MOU, inicialmente (2004) ocupou com barracas uma área no interior do aeroporto internacional de Porto Príncipe, provendo seu auto sustento com rações operacionais e, recebendo da ONU, água potável e combustível. Posteriormente, se instalou na base “Bravo” (2005-2006), em um campus universitário desocupado da capital haitiana. Com a conclusão, em 2007, pela MINUSTAH, da Base General Bacellar (BGB – “Campo Charlie”), em terreno na região de Tabarre, o Batalhão recebeu um aquartelamento completo, sendo que algumas necessidades e melhoramentos foram feitos pela própria tropa no decorrer do tempo.

Com o terremoto de 2010 que assolou o Haiti, para se manter a estabilização política, econômica e social alcançada desde 2004, solicitou-se ao Brasil o envio de mais um batalhão no curto período de 6 meses, BRABAT 2. Devido aos altos custos e materiais sendo empregados para apoiar as demandas causadas pela catástrofe, a ONU alcançou severas limitações no apoio a novas tropas, cabendo ao Brasil, pela primeira vez, mandar um batalhão com características próximas da autossuficiência.

O BRABAT 2 recebeu da MINUSTAH, na BGB, ao lado do BRABAT 1, sua área para montagem do seu aquartelamento. Diferente do seu Batalhão irmão, e pelo que foi negociado no Memorando de Entendimento, a MINUSTAH realizou somente a terraplanagem e cercamento parcial da área, cabendo aquela tropa toda sua instalação.

O fluxo de suprimentos a cargo da MINUSTAH dificilmente sofria atrasos ou vinha aquém daquilo que foi solicitado. Um pouco diferente da dinâmica e da

doutrina brasileira, a ONU se organizava com características semelhantes ao Tratado do Atlântico Norte (OTAN), agrupando itens de suprimentos a natureza de serviços a eles relacionados. A seção do JLOC que tratava do suprimento de água, também tinha o encargo de gerenciar os serviços de esgotamento de fossas sépticas, perfuração de poços artesianos e aquisição, instalação e manutenção de plantas de dessalinização.

A frente de cada seção de uma função logística se encontrava um especialista de nível superior, podendo ser civil ou militar, mas com formação na área, assessorada por técnicos de igual natureza. Podemos citar como exemplo a seção responsável pela geração de energia da missão. Em 2010, seu chefe era um engenheiro elétrico francês, que possuía o controle, via satélite, de todos os grupos geradores empregados nos contingentes integrantes da missão. Tal controle era dividido e observado pela empresa de Taiwan que ganhou o processo licitatório internacional interposto pelas Nações Unidas. Esse mesmo engenheiro acumulava a função de projetar e gerenciar as instalações elétricas nas bases.

4.2 LOGÍSTICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DO EXERCITO BRASILEIRO EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

4.2.1 **O papel do Ministério da Defesa na coordenação dos meios logísticos das Forças Armadas do Brasil em OMP**

As OMP das quais o Brasil participou no decorrer da história, sempre estimularam uma coordenação logística centralizada para as Forças Armadas. O surgimento do Ministério da Defesa em 1999 veio a responder àqueles anseios, trazendo consigo uma mudança de paradigma nas operações de suprimento entre as Forças Singulares, e por consequência na maneira como as mesmas eram planejadas.

Ao desembarcar tropas brasileiras em solo Haitiano, pela grande quantidade de material e pessoal nunca antes empregado sob a égide da ONU, observou-se a necessidade crescente do aperfeiçoamento daquilo que poderíamos chamar de operações conjuntas, as quais, forçosamente, trouxeram a necessidade da organização entre os fluxos de suprimento e meios de transporte da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB). Antes de

1999 não havia qualquer ação centralizada a nível ministerial, mas sim medidas acertadas diretamente entre as Forças.

As Operações de Manutenção da Paz (OMP) demandam necessidades logísticas desde a mobilização das tropas em solo pátrio, passando pela concentração, deslocamento, acomodação na zona de ação, estabelecimento dos fluxos de suprimento e desmobilização. A MINUSTAH nos brindou com a oportunidades de iniciar um projeto de integração entre os sistemas logísticos militares brasileiros, principalmente com relação a Função Transporte. Podemos exemplificar, no período de preparação da missão, as várias missões de transporte para colocar em Porto Príncipe uma grande quantidade de viaturas e equipamentos de subsistência.

Como primeira iniciativa de coordenação logística do MD para atender as demandas da MINUSTAH, ativou-se o Centro de Coordenação Logística de Operações de Paz (CCLOP). Sua constituição tinha como principal característica contar com representantes das Forças singulares. Seu Posto de Comando iniciou os trabalhos alocados inicialmente na 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro. Em seguida, passou a operar na Base de Apoio Logístico do Exército, naquela mesma cidade.

O CCLOP gerenciou a logística das três forças no Haiti, coordenando as atividades dos voos de ressuprimento da FAB, envio de embarcações da MB e a contratação de meios complementares, coordenando a consolidação das Unidades de Suprimento a serem transportadas em relação à disponibilidade de espaço nos transportes (Lima, 2010).

A lições aprendidas, naquela campanha além-mar, bem como a necessidade de regulamentação das ações de coordenação das cadeias de suprimentos contribuíram para formulação do Manual de Operações de Paz do MD, ora em sua terceira edição, bem como a evolução do CCLOP para o atual Centro de Coordenação Logística e Mobilização (CCLM), pertencente a estrutura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do MD.

Ao término da MINUSTAH, o CCLM continua sendo empregado na coordenação logísticas de grandes eventos, em operações conjuntas nas faixas de fronteira brasileiras, como por exemplo as Operações Ágata (ações de fiscalização das fronteiras do Brasil realizada pelas Forças Armadas) ou em situações de calamidade pública.

Como ferramenta de TIC, em apoio ao CCLM, desenvolveu-se o Sistema APOLO, cuja principal responsabilidade é servir de apoio no processo de tomada de decisões. Construído pelo Centro de Análise e Sistemas Navais (CASNAV) da MB, em sua interface, oferece dados referentes a gestão de itens de sustentação como pessoal, saúde, transporte, manutenção geral, necessidades de transporte, entre outros.

Atualmente, as iniciativas do MD carecem ainda de evolução no que diz respeito a integração dos sistemas logísticos das Forças. Embora o CCLM e o Sistema Apolo sejam uma realidade, os mesmos não conseguem estabelecer uma conexão para o desenvolvimento de uma rotina para aquisição centralizada e estocagem em base física, de suprimentos de uso comum, como munição, saúde e óleos lubrificantes, por exemplo, itens comuns as tropas empregadas em um OMP.

Outro problema enfrentado pelo MD é relacionado ao Sistema de Organização Stand-By das Nações Unidas (*United Nations Stand-By Arrangements System* - UNSAS). Como anteriormente explicado, o sistema é uma forma de entendimento prévio, com os países voluntários para contribuir com efetivos para missões de OMP. O UNSAS fornece um banco de dados de pessoal e material disponíveis e auditáveis. O Brasil é integrante do UNSAS, mas ainda não consegue identificar, em ambiente único, a catalogação dos meios, e o resultado das inspeções da ONU, permanecendo sob responsabilidades de cada Força Singular a homologação junto aquele organismo internacional.

4.2.2 A organização da logística militar do Exército Brasileiro para OMP

A participação dos efetivos militares do Brasil na MINUSTAH foi um grande passo para a modernização das ações conjuntas entre o Comando do Exército e os diversos Órgãos de Direção e Assessoramento, os quais possuem responsabilidades no processo de apoio logístico a uma OMP, destacando-se o Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), Estado-Maior do Exército (EME), o Comando de Operações Terrestres (COTER), o Comando Logístico (COLOG), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e Departamento Geral do Pessoal (DGP). Os frutos decorrentes daquela experiência seriam os atuais norteadores estruturantes para uma futura OMP brasileira sob a o mandato da ONU.

O Gab Cmt Ex, por intermédio de sua Assessoria de Pessoal (A1), é o responsável pela seleção de militares do Exército Brasileiro para funções específicas do contingente e pela preparação administrativa dos integrantes da missão.

Por sua vez o EME por delegação do Comandante do Exército, coordena com o Ministério da Defesa (MD) todos os assuntos relacionados a missões de paz de interesse da Força Terrestre. Destaca-se, por exemplo, o início e acompanhamento dos processos de reembolso da ONU ao Governo Brasileiro (individuais e de tropa) e as ações dos Órgãos de Direção Setorial, para o atendimento das necessidades logísticas das OM F Paz (Organizações Militares de Força de Paz).

A missão do COTER, no processo de apoio logístico, se apoia nas ações realizadas pelo Grupo de Acompanhamento e Apoio às Missões de Paz no Âmbito da Força Terrestre (GAAPAZ). O grupo é composto por representantes de diversos órgãos de Direção do Comando do Exército, principalmente pelo Comando Logístico. O COTER, ainda, estabelece o período necessário para a execução do adestramento para a Missão do Contingente Brasileiro (CONTBRAS), coordena a fase do preparo para a missão, a execução do planejamento orçamentário e gerenciamento dos recursos financeiros destinados a preparação, acompanha o emprego da tropa no Haiti e controla a desmobilização do efetivo de Força de Paz.

Dentre os diversos atores envolvidos na cadeia logística de apoio a uma OMP, o COLOG é o ODS (Órgão de Direção Setorial) com maior peso. Dentre as inúmeras missões desempenhadas por esse Comando, está a expedição da Diretriz Logística para cada contingente do EB a ser desdobrado em uma OMP. A mesma deverá concentrar as missões e deveres das OM do EB que venham a se envolver no preparo, na constituição da tropa a ser despachada, emprego e desmobilização do contingente brasileiro. Responsabiliza-se também pela execução do planejamento orçamentário e gerenciamento dos recursos financeiros destinado à participação brasileira em missões de paz e sua distribuição às Unidades diretamente subordinadas, ao DEC, ao DGP, ao DCT e aos Comandos Militares envolvidos nas missões, realizando o acompanhamento da sua aplicação.

A Diretoria de Abastecimento (D Abst), subordinada diretamente ao COLOG, deve prever e prover os recursos e serviços necessários ao suprimento e à manutenção, no Exército Brasileiro, e respectivamente as OM F Paz, relativos às Classes I (material de subsistência), II (material de intendência, exceto equipamento de voo), III (combustível, exceto o de aviação), V (munição, exceto os específicos de

aviação), VIII (material de saúde de campanha, exceto materiais permanentes), X (materiais não incluídos em outras classes) e de Remonta e Veterinária. De igual maneira, a Diretoria de Material (D Mat) possui a função de administrar os suprimentos correspondentes às Classes III (lubrificantes, exceto os específicos da aviação), V (armamento, exceto os específicos de aviação), VI (material de engenharia), VII (material permanente de saúde de campanha) e IX (material motomecanizado).

A Base de Apoio Logístico do Exército (Ba Ap Log Ex) foi criada em 2008 a partir da necessidade do COLOG de possuir um órgão operacional, que realizasse além de outras diversas incumbências, as aquisições, armazenamento, distribuição, transporte, manutenção, contratação de serviços e desembaraço alfandegário de importação e exportação do material de interesse do CONTBRAS. Durante a MINUSTAH a Ba Ap Log Ex realizou o controle patrimonial de todo material brasileiro enviado ou recebido do Haiti, juntamente com os G4 de cada OM F Paz brasileiras.

No transcurso da MINUSTAH, com o aumento da complexidade das operações logísticas e do fluxo de suprimentos, o COLOG, em 2010, identificou a necessidade de estabelecer uma célula avançada, a qual funcionaria como elo de ligação entre aquele comando e as tropas desdobradas em solo caribenho. Dessa maneira foi criada a Célula Logística de Apoio ao Contingente Brasileiro no Haiti (CLACH). Seu posto de comando funcionava no interior das instalações do BRABAT 1.

A CLACH, como representante direta do COLOG, fazia o papel de intermediação das necessidades logísticas das OM do Exército em Porto Príncipe com os ODS sediados no Brasil. De forma prática, aquela célula atuava processando os pedidos e encaminhando diretamente ao órgão responsável, como por exemplo as necessidades de materiais de saúde para o DGP ou, para o próprio COLOG, quando se tratava de itens atinentes as suas diversas diretorias (armamentos, munições e viaturas). Além disso, atuou na geração de relatórios que traduziam a situação logística dos contingentes, integrando-se a rotina daquelas OM, na medida que providenciava o transporte, suprimento e manutenção de itens que extrapolavam as capacidades dos Batalhões e Companhia de Engenharia.

A missão do DEC é balizada no tocante a estruturar os contingentes que irão integrar, caso seja necessário, uma Companhia de Engenharia do Brasil e

disponibilizar os materiais de engenharia destinados a esta subunidade e ao(s) BRABAT.

O DCT tem por responsabilidade providenciar e gerenciar materiais de comunicações utilizados pelas tropas na missão de paz, delegando para o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército a missão. Por sua vez, o Cmdo Com GE Ex proverá, realocará ou irá adquirir os equipamentos de comunicação (rádios, antenas, etc) especificamente em proveito da operação.

Ficará a cargo do DGP, por meio da Diretoria de Saúde (DSAU), a gestão do suprimento de saúde. Terá também a responsabilidade pela mobilização e organização de um hospital de campanha do tipo II, caso o mesmo seja acordado com as Nações Unidas.

A guarda pelas funções logísticas necessárias à condução das operações nos BRABAT(s), tais como Suprimento, Manutenção, Transporte, Engenharia, Salvamento, Recursos Humanos e Saúde eram de inteira responsabilidade do Comando do Batalhão, da célula de pessoal do G1 e da célula logística do G4 ou Oficial Chefe da Logística como era designado pelas Nações Unidas.

4.2.3 As principais dificuldades logísticas enfrentadas pelos BRABAT(s) na MINUSTAH

Os dois Batalhões de Força de Paz que atuaram no Haiti acordaram com a ONU, em seus respectivos MOU, a modalidade *Wet Lease*, ou seja, os custos de preparação e treinamento do pessoal, que fariam parte do contingente, bem como à manutenção e peças de reposição relativas ao seu material, eram de responsabilidade do Brasil. A ONU forneceria água, combustíveis, certos lubrificantes, gêneros alimentícios e um estoque de água mineral engarrafada, acrescido de rações emergenciais, os quais só poderiam ser utilizados em caso de emergências.

Com a construção do Campo “Charlie” ou Base General Bacellar (BGB), o BRABAT 1 foi beneficiado com alojamentos, PC(s) e banheiros do tipo CORIMEC⁶, fossas sépticas cuja coleta era realizada por empresas locais contratadas pela MINUSTAH, cercamento e ruas asfaltadas da base, grupo geradores, ares

⁶ Alojamentos tipo container fabricados pela empresa Italiana CORIMEC

condicionados, instalações de rancho e cozinha completos (incluindo câmaras frias e fogões elétricos), posto de abastecimento, plantas de dessalinização de água e poços artesianos.

Por sua vez, o BRABAT 2 embora tenha ocupado uma área no Campo “Charlie”, não foi beneficiado como o primeiro Batalhão. Tal motivo se justifica porque os meios da MINUSTAH estavam rocados para recuperação da cidade e de suas instalações danificadas pelo terremoto.

O EME, na época, tinha conhecimento da situação e assessorou o Cmdo do EB para preparar e despachar um segundo Batalhão em um curto espaço de tempo, inclusive utilizando efetivos veteranos de contingentes anteriores e os meios que estavam destinados ao primeiro Batalhão, que seguiria no próximo rodízio. Além disso, se aproveitou das lições aprendidas em aproximadamente seis anos de ações no Caribe.

Entretanto, a prática se mostrou severamente pior que a teoria. O BRABAT 2, além de assumir imediatamente metade da zona de ação do BRABAT 1, ainda precisou utilizar seus efetivos para atuar na montagem das instalações e estruturas da base, cuja área apenas foi terraplanada pela Engenharia da MINUSTAH. De maneira resumida, aquela tropa precisou construir as bases em alvenaria de todas as suas barracas e instalações comuns, instalações elétricas e de ares condicionados, estruturas de manutenção e de abastecimento, rede de esgoto, cercamento e corpo da guarda, rede de computadores e alimentar seu pessoal utilizando cozinhas de campanha movidas a diesel (quase 850 homes e mulheres).

Os dois Batalhões também enfrentaram problemas comuns. O principal foi a demora no ressuprimento vindo Brasil por meio de voos de abastecimento da Força Aérea Brasileira (FAB). Essas pernas eram mensais com a aeronave dividida entre o BRABAT 1 e 2, Fuzileiros Navais e Companhia de Engenharia. O número de missões da FAB dependia da diagonal de manutenção das aeronaves Hércules C130, o que não permitia um aumento nas surtidas. A marinha realizava apoios anuais. Dessa maneira, ocorriam solicitações de suprimentos no primeiro semestre que apenas eram atendidas por ocasião da chegada de outro contingente. Muitas vezes os G4 não sabiam a destinação de alguns suprimentos desembarcados, ou por vezes, aquele item não era mais necessário.

Se para chegar itens os Batalhões enfrentavam adversidades temporais, o mesmo ocorria para repatriar materiais/ equipamento, itens descarregados que não

poderiam ficar no país caribenho ou equipamentos como viaturas. Devido a esse tipo agrura os Pelotões de Manutenção e Transporte precisavam se superar e realizar serviços de até 3º Nível Avançado⁷, comumente realizadas por Batalhões Logísticos.

Os comandos daquelas tropas de Força de Paz recebiam em torno de cem mil dólares mensais a título de Suprimento de Fundos⁸. Entretanto a escrituração da justificativa dos gastos não contemplava determinadas despesas, como a contratação de mão de obra local ou aquisição de bens permanentes, peças de viatura. Eletrônicos e material de TI, em outros países. O problema foi parcialmente resolvido nos últimos contingentes, entretanto necessita de aperfeiçoamento na legislação regulatória.

Embora os militares continuassem recebendo seus soldos, a ONU paga um valor complementar para os efetivos, o qual pode ser recebido em dólar (espécie) fora do Brasil, ou depósito em sua conta natal na moeda nacional. Contudo, os Cabos e Soldados, principalmente aqueles casados e com filhos, por receberem valores naturalmente inferiores, ficavam impedidos de retornar ao Brasil quando liberados para arejamento, devido ao elevado valor das passagens aéreas internacionais.

Como citado, os militares podiam receber em espécie seus pagamentos oriundos da ONU na Base. Para que isso ocorresse era necessário que o numerário fosse disponibilizado em um banco sediado no Haiti. O mesmo processo cabia para o Suprimentos de Fundos. Dessa maneira, por vezes, a apanha desse numerário era um grande encargo, e fator de preocupação devido a situação de instabilidade econômica do país e a chance desses bancos fecharem definitivamente, impossibilitando reaver o recurso.

Por vezes, devido a solicitações da tropa, eram enviados para Porto Príncipe habitações tipo containers de fabricação nacional, cópia dos “CORIMECs” disponibilizados pela MINUSTAH, a fim de atender demandas como alojamentos e

7 De responsabilidade de OM Log Mnt / Gpt Log. Realizada por meio de procedimentos técnicos, pessoal, ferramental e instalações compatíveis com a complexidade da falha. Tarefas de manutenção corretiva, com ênfase na reparação do material que apresente e/ou esteja por apresentar falhas de alta complexidade (Brasil, 2019).

8 Consiste na entrega de numerário a servidor, a critério do ordenador de despesas (OD) e sob sua inteira responsabilidade, sempre precedido de empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos previstos na legislação vigente (Brasil, 2011).

banheiros para visitantes. Esses equipamentos nacionais inicialmente cumpriam sua destinação, mas em um período de tempo curto apresentavam inconvenientes do tipo corrosão severa, falha no isolamento térmico e empeno de portas e janelas.

A mesma situação de falha no isolamento térmico se sucedia nas barracas, especialmente do BRABAT 2, exigindo um consumo maior de energia, em consequência da instalação de mais ares condicionados.

O suprimento de energia era oferecido por dois grandes grupos geradores, controlados via satelital, mantidos e abastecidos pelas Nações Unidas, no caso do BRABAT 1. O dimensionamento dos equipamentos, da rede elétrica e os lançamentos dos ramais primários e secundários também foram realizados pelo pessoal especializado (engenheiros e técnicos civis) daquele organismo internacional. Já o BRABAT 2 era munido também por dois grandes grupos geradores. Mas ao dimensionar as redes elétricas utilizou militares com pouca especialização o que ocasionou danos aos equipamentos, obrigando a contratação de serviço local a alto custo, até o redimensionamento da rede realizado por engenheiros elétricos militares enviados do Brasil.

A cidade de Porto Príncipe não possuía um sistema efetivo de esgoto, o qual em sua maioria era enviado para o mar por meios de canais e valas a céu aberto. O mesmo acontecia na região da BGB, com o agravante de não possuir córregos ou rios. Assim, o esgotamento dos Batalhões era realizado por fossas sépticas que necessitavam serem esvaziadas semanalmente. Esse serviço, para uma OM F Paz, chegava a soma de 80 mil litros de resíduos semanais, capturados por caminhões especializados, contratados pela MINUSTAH.

A partir de 2009 a Ba Ap Log do Exército passou a desempenhar o braço funcional do COLOG para aquisição de suprimentos para as OMP. A mesma também passou a realizar o desembaraço alfandegário desse fluxo de suprimentos. Entre o trâmite do material do Brasil para o Haiti, ocorriam diversas falhas de comunicação entre a célula logística e aquela OM. Esse fato trouxe como consequência uma grande dificuldade para o controle patrimonial realizado pelos G4, além de não ter ocorrido uma adequação da legislação para recebimento e descarga de materiais. Por diversas vezes eram escalados militares das frações operacionais para formularem os procedimentos burocráticos atinentes àqueles processos.

Em qualquer operação militar, os problemas logísticos são comuns e na maioria dos casos, tão logo identificados, são sanados dentro de uma janela

razoável e aceitável de tempo. Entretanto, alguns desses problemas adquirem um certo grau crônico, cuja solução por vezes não acontece. Além do supracitado, outras dificuldades de caráter logístico foram observadas por este autor e da pesquisa nos relatórios de término de missão de outros Batalhões, quando desempenhou a função de Oficial de Logística do BRABAT 1/13 (2010). Levou-se em conta a quantidade de ocorrências no decorrer dos rodízios e não foram contabilizados os desafios ocorridos por ocasião do Terremoto de 2010.

Para um melhor entendimento e visualização, organizou-se um quadro para expor os dados, ordenando-os por função logística e classificação dos suprimentos. Cabe ressaltar que os óbices enumerados são de responsabilidade do Brasil, e não do fluxo de suprimentos da ONU.

Função Logística		Dificuldades Logísticas	Incidência
	Classificação		
	I	- Alguns contingentes não se adaptavam aos gêneros alimentícios fornecidos pela ONU	BRABAT 1 e 2
		- Dificuldade para aquisição em grande volume de água potável engarrafada	
		- Excesso de estoque de rações operacionais ⁹	
	I	- Limitação na produção e transporte de água potável para os Pontos Fortes	
		- Consumo geral (ração e água) além das médias registradas nos manuais de campanha	
		- Adaptação ao sistema de solicitação de gêneros alimentícios do sistema ONU (tabela de gêneros/ custo/ homem)	
		- Falta de cozinha elétrica de grande capacidade e utensílios de açougue	BRABAT 2
		- Ausência de barracas tipo "Iglu" ¹⁰ e mochilas para missões de longa duração fora da sede	

9 Rações tipo R2 oriundas do Brasil.

10 Barraca portátil para um homem com armação em fibra de vidro e tecido em nylon.

Suprimento	II	- Ausência de uma cota de fardamentos para distribuição emergencial	BRABAT 1 e 2
		- Insuficiência de material de sapa ¹¹	
		- Dificuldade na aquisição de suprimentos de TI no local ¹²	
	II	- Capacetes e coletes de proteção individual com vida útil vencida ¹³	BRABAT 1
		- Aquisição de móveis de usos coletivo, ares condicionados e eletrodomésticos da linha branca (sofás, geladeiras, frigobar, mesas, cadeiras, etc)	
		- Aquisição e manutenção de máquinas de lavar roupas simples ou industriais para atender todo efetivo (serviço de lavanderia)	
		- Carência de barracas de “dez praças” ¹⁴ para atender demandas gerais externas a base	
	II	- Falta de cozinhas de campanha para “backup” ¹⁵	BRABAT 2
		- Barracas destinadas aos pelotões com necessidade de montagem de pisos de alvenaria, pouca adaptação para ares condicionados e tomadas de energia elétrica	
		- Ausência de estruturas ou barracas que comportassem grande número de estações de trabalho ou pessoal (PC, Cassino, academia de musculação, áreas de Mnt e estocagem)	
		- Falta de equipamentos para filtragem e separação de água do Diesel	BRABAT 1 e 2

11 Pás e picaretas.

12 Cartuchos de tinta, por exemplo.

13 Capacetes e coletes balísticos possuem uma vida média de cinco anos.

14 Como o próprio nome traduz, barraca destinada a alojar entre 8 a 10 homens.

15 Cozinhas portáteis de campanha movidas a combustível fóssil capaz de substituir a cozinha elétrica cedida pela ONU nos casos de manutenção.

Suprimento	III	- Ausência de equipamento modular para abastecimento de Vtr (posto de abastecimento portátil e transportável)	BRABA T 2
	IV	- Dificuldade para aquisição de materiais de construção no país anfitrião	BRABA T 1 e 2
		- Falta de previsão de materiais de fortificação para proteção e cercamento da base	BRABA T 2
	V	- Falta de estruturas modulares especializadas para armazenamento de Munição (container paiol) e manutenção de armamento (container oficina)	BRABA T 1 e 2
	VI	- Falta de Vtr especializada blindada para apoio a mobilidade (adaptação de Carregadeiras com chapas de aço)	BRABA T 1 e 2
		- Falta de empilhadeiras militares especializadas para serviço em aeronaves militares ou civis	
		- Ausência de impressoras cartográficas (tipo "plotter")	
	VII	- Dificuldade para reposição e aquisição de material de informática	BRABA T 1 e 2
		- Falta de um Kit modular de servidores para atender os diversos serviços de rede	
		- Insuficiência de telefones satelitais	
		- Pouca capacidade de banda de internet para atender a comunicação da tropa com seus familiares, bem como atividades "on line" de diversão	
	VII	- Falta de equipamento rádio e intercom para Vtr mecanizadas	BRABA T 1 e 2
		- Falta de previsão de câmeras de vídeo para vigilância da base	
- Ausência de padronização de Eqp Rad militar dotados de salto de frequência e criptografia			
VIII	- Dificuldade na reposição de suprimentos e equipamentos odontológicos	BRABA T 1 e 2	

Suprimento	IX	- Falta de uma Vtr especializada blindada para pequenas ações	BRABA T 1
		- Demora no envio de ressuprimentos do Brasil	BRABA T 1 e 2
		- Impossibilidade de exfiltração de Vtr para Mnt especializada em curto ou médio prazos	
		- Necessidades de Mnt além do escalão de OM não especializada	
	X	- Falta de pneus com câmeras alveolares para Vtr mecanizadas ¹⁶	BRABA T 1 e 2
	- Falta de itens de uso pessoal para venda em armazém reembolsável no Batalhão (minimercado ou cantina)		
Manutenção		- Não padronização dos modelos de Vtr leve (Land Rover simples/ eletrônicas ¹⁷)	BRABA T 1
		- Necessidades de Mnt além do escalão de OM não especializada	BRABA T 1 e 2
		- Impossibilidade de exfiltração de Vtr para Mnt especializada em curto ou médio prazos	
		- Falta de estruturas modulares especializadas para manutenção (container oficina)	
		- Falta de estrutura para Mnt de Vtr Mecanizada ¹⁸	BRABA T 2
Transporte		- Impossibilidade da utilização de meios aéreos civis contratados para transporte de materiais ou equipamentos em caráter de urgência	BRABA T 1 e 2
		- Falta de Vtr especializada para serviços gerais e frigorífico	
		- Falta de Vtr especializada para esgotamento de fossas sépticas	BRABA
		- Falta de Vtr especializada blindada para apoio a mobilidade (adaptação de Carregadeiras com	

16 Câmeras que combinadas com pneus formam um sistema de alvéolos, impedindo que furos ou perfurações danifiquem na totalidade o meio.

17 Vtr cujo conjunto de força utiliza módulos de injeção eletrônica, exigindo ferramental especializado para manutenção.

18 Vtr EE-11 Urutu utilizada pelo Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

Engenharia	chapas de aço)	T 1 e 2
	- Falta de empilhadeiras militares especializadas para serviço em aeronaves militares ou civis	
	- Falta de pessoal especializado para operação de grupo geradores de grande capacidade	BRABA T 2
Salvamento	- Falta de Vtr especializada para salvamento de Vtr mecanizadas	BRABA T 1 e 2
Recursos Humanos	- Falta de previsão de cargos na OM F Paz para as funções de auxiliar para saída de "Living" ¹⁹ , serviços postais e de lavanderia	BRABA T 1 e 2
Saúde	- Falta de previsão de cargo na OM F Paz para a função de Oficial Veterinário	BRABA T 1 e 2

QUADRO 1 – Dificuldades Logísticas enfrentadas

Fonte: o autor

5 PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA LOGÍSTICA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM MISSÕES DE FORÇA DE PAZ SEM APOIO LOGÍSTICO DA ONU

Do estudo realizado neste trabalho, identificamos que na doutrina logística da ONU, independentemente do tipo de sistema acordado no MOU, existe a previsão que aquele organismo internacional tentará realizar o suprimento de no mínimo combustível e água bruta para as tropas contratadas. Dessa maneira, não se pretende apresentar uma proposta para esses dois itens de suprimento, embora o consumo de combustível semanal de um BRABAT possa alcançar 20 mil litros de diesel semanais. Para fins de ilustração, o Ponto Forte de Cite Soleil, com uma companhia de Infantaria (aproximadamente 150 homens/ mulheres), realizava o consumo de 40 mil litros de água por dia.

Ato contínuo, observou-se que a ONU possui uma cadeia logística bastante eficiente, fruto das experiências colhidas nas inúmeras missões que criou e pela análise e melhoria dos processos, visando sempre a otimização dos seus meios. Mas na visão desse autor o sucesso deve-se aos seguintes fatores: utilização de grandes bases logísticas com materiais comuns a todas as missões; uso de processos licitatórios prioritariamente locais e posteriormente internacionais, com a

¹⁹ Períodos de liberação da tropa para arejamento fora do país anfitrião.

entrega dos suprimentos programada para as bases logísticas das missões de manutenção da paz; utilização de pessoal altamente especializado a frente das funções logísticas; investimentos em modernas ferramentas de TIC; e, por fim, a terceirização da função logística transporte.

Da exposição dos fatores críticos de sucesso da ONU, expostos anteriormente, a primeira proposta formulada para nosso Exército refere-se a dificuldade logística que compunha todos os relatórios logísticos elaborados pelos G4, sendo ela a periodicidade e capacidade do transporte entre o Brasil e o Haiti. O EB, por meio do EME, poderia assessorar o MD no sentido suprir essa necessidade pela terceirização do serviço, tanto no modal aeroviário como no hidroviário, em complemento as capacidades da FAB e MB. Era de consenso comum que o problema não estava na falta do recurso ou suprimento, mas sim na capacidade de transportá-lo rapidamente.

No intuito de otimizar as atividades de manutenção e transporte das OM F Paz, seria interessante que o EME, ao definir o Quadro de Distribuição de Material desses Batalhões, incluísse estruturas modulares do tipo Containers Oficina de Viaturas, Armamento e Serviços Gerais, com os respectivos kits de ferramental. De igual maneira, realizasse a substituição das barracas pelo mesmo tipo de estrutura (CORIMECs), isto porque essas missões tem a característica de serem estáticas e prolongadas. Existe ainda a necessidade da inclusão de Vtr especializadas para realizar o salvamento de equipamento motomecanizado e de engenharia, assim como Vtr Frigorífico, Esgotamento de Fossas Sépticas, e de Serviços Gerais.

Ainda no campo de responsabilidades do EME, seria de bom alvitre a inclusão no Quadro de Cargos das seguintes propostas: de uma seção responsável pelo apoio aos efetivos em arejamento, Serviço Postal e Lavanderia; a separação dos integrantes dos Serviços Gerais e do Pelotão de Engenharia; reforçar a célula

logística do G4 para otimizar o controle patrimonial (centralização dos TREM²⁰ e TEAM²¹); e a adição de um Veterinário²² e de um Engenheiro Militar²³.

Em continuidade das propostas, verificamos que tanto o COTER como o COLOG possuem a função de execução do planejamento orçamentário e gerenciamento dos recursos financeiros, sendo que um trata do preparo dos contingentes, enquanto que o Comando Logístico participa do preparo e também do sustento da missão no exterior. Para exemplificar esse problemática, na lavanderia do BRABAT 1 existiam máquinas adquiridas com recursos do COTER e outras com fundos do COLOG. Para realizar a manutenção das mesmas, o COLOG disponibilizava recursos apenas para aquelas que foram adquiridas por sua gestão. Já o COTER não possuía a natureza de recursos necessária para o conserto dessa linha branca. Com isso, seria interessante que apenas um dos Comandos fosse responsável pela completa gestão dos recursos destinados a missão de paz.

O COLOG, por meio de sua Diretoria de Material, poderia elaborar um estudo para formulação, em caráter excepcional, de uma norma que permitisse os Pelotões de Manutenção e Transporte, enquadrados nos BRABAT(s), a realizarem manutenção até o 3º Nível Avançado. Não era incomum esses mesmos pelotões realizarem a pintura completa de Vtr Mecanizadas afetadas por fogo ou a substituição de centrais eletrônicas de Vtr Leve contaminadas por água, ambos serviços considerados avançados e que não poderiam ser executados pela atual regulamentação.

A Base Logística do Exército poderia desenvolver uma ferramenta, em parceria focada no controle patrimonial das Forças de Paz, incluindo rotinas para desembaraço alfandegário e integração com o SISCOFIS, além de facilitar a desmobilização e repatriação do material. O principal objetivo dessa ferramenta é

20 Termo de Recebimento e Exame de Material – processo necessário para inclusão do bem na carga da OM.

21

Termo de Exame e Averiguação de Material - processo necessário para exclusão (descarga) do bem da carga da OM.

22

Voltado para o aprovisionamento, controle de pragas e gestão ambiental.

23

Preferencialmente engenheiro civil.

dar uma visão para todos os interessados do trâmite do material, desde seu despacho a sua inclusão do Batalhão, simplificando os processos de TREM e TEAM.

O DEC, como ODS responsável pela gestão do material de engenharia, empregado pelos Pelotões de Engenharia, fruto dos problemas apresentados na presente obra, teria condições de verificar a possibilidade da aquisição ou desenvolvimento de equipamentos de engenharia de construção, com proteção blindada para os operadores. Tal problemática foi temporariamente solucionada pela a solda de placas de aço em carregadeiras e retroescavadeiras de uso civil que faziam parte dos Pel Eng dos Batalhões desdobrados no caribe. Além desse fato, o departamento poderia liderar a criação de um plano diretor de aquartelamento de missão de paz que abarcasse um modelo baseado em estruturas móveis e modulares, e que o mesmo pudesse ser executado dentro de um processo licitatório, com a participação de empresas nacionais e internacionais.

No mesmo modelo proposto para o DEC, o DCT lideraria os estudos para aquisição ou idealização de projetos para módulos “plug and play”²⁴, que centralizassem os meios de TI (servidores) para apoio as redes de dados das OM F Paz. Em complemento, também levantaria a quantidade e qualidade das estações de trabalho (computadores) em apoio a operacionalidade, administração e lazer do(s) BRABAT(s), determinando os custos a serem alocados para sustento do seu ciclo de vida do material. Atualmente, o mesmo órgão de direção setorial já realiza o processo de aquisição de equipamentos rádios militares que irão poder fazer parte do QDM das futuras tropas em missão de paz.

A Diretoria de Saúde, subordinada ao DGP, a fim de contribuir com a melhoria dos processos decorrentes da função logística de mesmo nome, participaria na elaboração de um estudo, em caráter excepcional, a fim de incluir a prestação de serviços odontológicos de maior complexidade pelos Postos de Saúde orgânicos das OM F Paz. E, ainda, homologar um plano para manutenção ou reposição de equipamentos odontológicos de difícil aquisição na zona de operação, como por exemplo as Canetas de Alta Rotação Elétricas.

Por conseguinte, as outras oportunidades de melhoria abordadas nesse trabalho, não comentadas nesta parte final, são também de grande importância.

²⁴ Com a tecnologia “play and play”, criada em 1993, evitou-se a necessidade de configurações ou conexões que poderiam apenas serem feitas por especialistas a um elevado custo para o fim que se destinava.

Contudo, seguindo a lógica de um conhecido ditado popular - “o cobertor é curto!”, ou seja, em logística militar nunca se terá todos os recursos ou meios disponíveis. Em “se cobrindo a cabeça ou pés ficarão de fora”, ou vice-versa. Os custos das OMP são muito elevados e precisam ser judiciosamente empregados. Os meios necessários e específicos para este tipo de operação não podem ser adquiridos e permanecerem aguardando um futuro embarque. Precisam, sim, serem cotados, com os processos licitatórios prontos, mas não executados, com o acompanhamento constante das missões de manutenção da paz ora em execução, para atualização do banco de dados de lições aprendidas.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal et al. **“Análises da academia e experiências da sociedade civil brasileira”**. 2017. In A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões, edited by Eduarda Passarelli Hamann and Carlos Augusto Ramires Teixeira. Coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Iguarapé; Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.
- BAIG, K. **Logistical Support to United Nations Peacekeeping Operations: An Introduction**. 2. ed. Williamsburg: Peace Operations Training Institute, 2010.
- BRABAT 1. **Relatório de Final de Missão: 12º Contingente**. Exército Brasileiro-Comando de Operações Terrestres. Porto Príncipe. 2010.
- BRABAT. **Relatório Final de Missão: 18º Contingente**. Exército Brasileiro-Comando de Operações Terrestres. Porto Príncipe. 2013.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.216: **A Logística nas Operações**. 1. ed. Brasília, DF, 2019.
- _____. _____. _____. : EB70-MC-10.219: **Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.
- _____. _____. _____. : EB70-MC-10.223: **Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017.
- _____. _____. _____. : EB70-MC-10.238: **Logística Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.
- _____. Ministério da Defesa. MD34-M-02 – **Manual de Operações de Paz**. 3. ed. 2013.
- DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT. **Guidelines for the Field Verification and Control of Contingent-Owned Equipment and Management of Memorandum of Understanding**. New York: United Nations, 2015. 97 p.
- DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS/DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT. **Movement Control Manual**. New York: United Nations, 2016b. 199 p.
- GENERAL ASSEMBLY. **Global field support strategy**. United Nations. New York, p. 30. 2010.
- LAGO, A. O. C. **Relatório de Emprego do 26º Batalhão de Infantaria de Força de Paz**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Porto Príncipe. 2017.
- Batalhão Brasileiro na MINUSTAH. **Military Review**, Forte Leavenworth, TOMO LXIX,

NÚMERO 2, MARÇO-ABRIL 2014a. p. 2-11.

LEITE SILVA, F. **A reestruturação da gestão logística de Missões de Paz no Comando Logístico do Exército Brasileiro:** Um estudo de caso do apoio logístico ao Contingente Brasileiro no Haiti. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2014b.

LESLIE, D. **Advanced Topics in United Nations Logistics:** The Provision of Troops and Contingent-Owned Equipment (COE) and the Method for Reimbursement. 1. ed.

LESLIE, D. **Operational Logistical Support of UN UN Peacekeeping Missions:** Intermediate Logistics Course. 3. ed. Williamsburg: Peace Operations Training Institute, 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, A. D. D. **Brasil no Haiti:** um caso de sucesso. Palestra proferida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: 3ª Subchefia do Comando de Operações Terrestres. 2017.

PINHEIRO, A. P. **A atuação do Batalhão brasileiro após o terremoto do Haiti.** *Military Review*, jan./fev. 2011.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations:** Principles and Guidelines. New York: United Nations, 2008.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations; **Department of Field Support. United Nations Peacekeeping Missions Military Logistics Unit Manual.** New York, jun 2015.

UNITED NATIONS. **Global field support strategy A/64/633.** General Assembly. New York, 2010.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Missions Military Logistics Unit**

Manual. New York: United Nations, v. 1, 2015b.

WILLIAMSBURG: Peace Operations Training Institute, 2006. 184 p.